

Inquérito Civil n. 06.2017.00005391-0

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Promotor de Justiça em exercício da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Urussanga, com atribuição para atuar na Defesa do Meio Ambiente, e o centro de eventos **CTG RECANTO DA FIGUEIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o n. 04.183.648/0001-00, localizado na Rodovia Municipal Tranquilo Sartor, Bairro Linha Torrens, Município de Morro da Fumaça/SC, CEP 88.830-000, representada neste ato por **Samoel Magagnin Recco**, brasileiro, empresário, inscrito no cadastro de pessoa física sob o n. 034.850239-73, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, ajustam o seguinte:

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força do art. 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, detém legitimidade ativa para agir em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *"As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados"*;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81, *“é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade”*;

CONSIDERANDO que o art. 3º, inciso III, da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), define poluição como sendo “[...] a degradação da qualidade ambiental resultante de atividade que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos”;

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil autuado sob o n. 06.2017.00005391-0, versando sobre a prática de poluição sonora, em decorrência das atividades do centro de eventos conhecido por **"CTG Recanto da Figueira"**, localizado na Rodovia Municipal Tranquilo Sartor, Bairro Linha Torrens, Município de Morro da Fumaça/SC, CEP 88.830-000, representado neste ato por Rodney José Recco;

CONSIDERANDO que, em vistoria realizada pela Polícia Militar Ambiental, durante o evento festivo nominado "Arrancadão & Carros", o centro de eventos "CTG Recanto da Figueira" desrespeitou os limites de emissão sonora previstos na legislação;

CONSIDERANDO que, conforme Auto de Constatação n. 067/2017, os níveis de ruídos no "Ponto 01" (próximo às estruturas principais do evento; Coordenada UTM 22 J 670513 6830409) alcançaram o patamar de **68,7 decibéis no período noturno** e no "Ponto 02" (no portão de acesso ao "CTG Recanto da Figueira"; Coordenada UTM 22 J 670555 6830803) alcançaram o patamar de **67,4 decibéis no período noturno**, ao passo que o limite máximo previsto Resolução CONAMA n. 001/90 c/c a NBR 10.151 é de 35db (trinta e cinco decibéis) para o referido período em "Área de sítios e fazendas", zoneamento

correspondente àquele onde o estabelecimento está localizado;

RESOLVEM

Celebrar **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)**, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medidas necessárias a cessar a poluição sonora provocada pelo centro de eventos denominado "**CTG Recanto da Figueira**", localizado na Rodovia Municipal Tranquilo Sartor, Bairro Linha Torrens, Município de Morro da Fumaça/SC, CEP 88.830-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

2.1 O COMPROMISSÁRIO, a partir da assinatura deste Termo, compromete-se a controlar as emissões sonoras decorrentes dos eventos que vier a realizar, respeitando-se o estatuído na Resolução CONAMA n. 001/90 c/c a NBR n. 10.151, isto é, **40 dB (quarenta decibéis) para o período diurno e 35 dB (trinta e cinco decibéis) para o período noturno**, por estar localizado em "Área de sítios e fazendas";

2.2 O COMPROMISSÁRIO, a partir da assinatura deste Termo, obriga-se a realizar todos os seus eventos conforme os parâmetros de emissão sonora acima mencionados e nos estritos termos das licenças que lhe forem concedidas, inclusive impedindo a utilização de som automotivo nas suas dependências ou imediações, salvo se expressamente autorizado pelo órgão

competente na licença respectiva;

2.3 O COMPROMISSÁRIO, a partir da assinatura deste Termo, compromete-se a promover, por meio de equipe técnica competente, uma aferição semestral dos níveis de emissão de ruídos ao exterior do estabelecimento, a ser realizada em dia de evento musical aberto ao público, remetendo cópia das 4 (quatro) primeiras avaliações a esta Promotoria de Justiça;

2.4 O COMPROMISSÁRIO, a partir da assinatura deste Termo, compromete-se a comunicar o Ministério Público a data de cada evento a ser realizado a fim de viabilizar eventual ato de fiscalização do cumprimento deste ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA CLÁUSULA PENAL

3.1 Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), o **COMPROMISSÁRIO** fica obrigado ao pagamento de **multa de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)** por cada hipótese em que descumprir as obrigações assumidas nos **itens 2.1, 2.1 e 2.3 da Cláusula Segunda** deste instrumento, revertendo tais valores ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011 (Banco do Brasil, Agência: 3582-3, Conta Corrente: 63.000-4);

3.2 Para a execução das referidas multas e tomada das medidas legais pertinentes, serão necessários tão somente a certificação do atraso na comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC em procedimento próprio a ser instaurado para a sua fiscalização, ou, ainda, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos ambientais fiscalizadores.

CLÁUSULA QUARTA: DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO

PÚBLICO

4.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

4.2 Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

4.3 A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título.

CLÁUSULA QUINTA: DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO

5.1 As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

E, por estarem assim compromissados, firmam este **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta** em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e do artigo 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde logo, cientificados os presentes de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário e de que a respectiva promoção de arquivamento será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o art. 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85, cuja homologação, todavia, não constitui condição de eficácia do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (art. 20 do Ato n. 335/2014/PGJ).

Urussanga, 30 de abril de 2018.

Diana da Costa Chierighini
Promotora de Justiça

Samoel Magagnin Recco
Representante legal

Testemunhas:

Maurício Piacentini
Assistente de Promotoria de Justiça

Tatiane Pereira
OAB/SC 37834